

LEVANTE DE 1924 EM ALEGRETE

LEVANTAMIENTO DE 1924 EN ALEGRETE

Recebido em: 10/11/2022

Aceito em: 18/01/2023

Vânia Mara Pereira Machado ¹ 
Faculdades Integradas do Brasil

Resumo: Este trabalho busca identificar as memórias narradas pelos principais líderes do levante civil-militar, ocorrido em Alegrete, em 1924, no local denominado Guaçu-Boi, pois eles são testemunhas oculares dos fatos ocorridos. Assim, pretende-se revelar como cada um deles viu a sua participação no conflito. Será considerada a visão dos tenentes Juarez Távora e João Alberto Lins e Barros, do caudilho libertador Honório Lemes (Leão do Caverá) e, do lado das forças legalistas, do General Flores da Cunha, além do Cel. Claudino Nunes Pereira da Brigada Militar. A fundamentação se dará por meio de fontes históricas: jornais da época, cartas, telegramas, discursos e as memórias narradas pelos próprios participantes do levante militar. O estudo encontra-se dividido em duas partes, sendo a primeira referente à análise do contexto histórico da República Velha no Brasil e no Rio Grande do Sul (1889-1930), ao papel do exército na República Velha e sua especificidade nesse estado, bem como à crise da República Oligárquica. A segunda parte analisa os movimentos revolucionários ocorridos no Rio Grande do Sul em 1923 e em 1924, sendo que o de 1923 levará a compreender os motivos pelos quais os líderes do lado libertador se uniram aos tenentes no movimento de 1924, porém o recorte temático será dado ao movimento civil-militar de 1924, em Alegrete, que marca o início da grande marcha pelo Brasil que ficou conhecida como Coluna Prestes. As considerações finais buscam nos discursos e nas práticas revolucionárias do levante militar de 1924, em Alegrete, RS, a influência dos ideais positivistas tanto do lado legalista quanto dos militares rebelados.

Palavras-chave: Levante de 1924; Memórias; Alegrete.

Resumen: Este trabajo busca identificar las memorias narradas por los principales líderes del levantamiento cívico-militar, ocurrido en Alegrete, en 1924, en el lugar denominado Guaçu-Boi, ya que son testigos presenciales de los hechos ocurridos. Así, se pretende develar cómo cada uno de ellos vio su participación en el conflicto. La visión de los tenientes Juarez Távora y João Alberto Lins e Barros, del caudillo libertador Honório Lemes (Leão do Caverá) y, del lado de las fuerzas legalistas, del general Flores da Cunha, además del Cnel. Claudino Nunes Pereira de la Brigada Militar. El razonamiento se dará a través de fuentes históricas: periódicos de la época, cartas, telegramas, discursos y las memorias narradas por los participantes del levantamiento militar. El estudio se divide en dos partes, la primera se refiere al análisis del contexto histórico de la Antigua República en Brasil y Rio Grande do Sul (1889-1930), el papel del ejército en la Antigua República y su especificidad en ese estado, así como y la crisis de la República Oligárquica. La segunda parte analiza los movimientos revolucionarios que ocurrieron en Rio Grande do Sul en 1923 y 1924, con el movimiento de 1923 para comprender las razones por las cuales los líderes del lado libertador se unieron a los lugartenientes en el movimiento de 1924. dado al civil -movimiento militar de 1924, en Alegrete, que marca el inicio de la gran marcha por Brasil que se conoció como Coluna Prestes. Las consideraciones finales buscan en los discursos y prácticas revolucionarias del levantamiento militar de 1924, en Alegrete, RS, la influencia de los ideales positivistas tanto del lado legalista como del lado militar rebelde.

Palabras-chave: Levantamiento de 1924; Memorias; Alegrete.

Professora das Faculdades Integradas do Brasil (UniBrasil) e Mestre em Educação (PUC-PR). E-mail: vaniampmachado@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A estrutura política do período denominado de República Velha (1889-1930) consistia em uma troca de interesses e favores em que o presidente da República se comprometia a respeitar e apoiar as decisões dos governos estaduais que, em troca, ajudavam a eleger para o Congresso Nacional, os deputados federais e senadores que fossem do agrado do presidente da República.

No que se refere ao jogo político das oligarquias estaduais, destacaram-se dois grandes partidos políticos: o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM), sendo que quase todos os presidentes do período foram eleitos com o apoio dos dois partidos. O café era o principal produto brasileiro de exportação e tinha em São Paulo seu mais importante estado produtor, enquanto Minas Gerais se destacava na produção do leite. Essa aliança teve o apelido de política do “café com leite”.

No caso do estado do Rio Grande do Sul, a República, implementada em 1889, foi inaugurada pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), tendo como orientação ideológica o positivismo, que era caracterizado por adotar uma forma de governo autoritária baseada na república ditatorial do francês Augusto Comte (1798-1857). A crença era de que a ciência deveria ser utilizada para organizar a ordem social dentro de uma positividade, instaurando a disciplina e a ordem para que o resultado fosse a consolidação do progresso.

A Constituição Rio-Grandense de 14 de junho de 1891 deixa clara a influência da filosofia positivista, que serviu para legitimar o autoritarismo republicano no estado e tinha como pressuposto básico contornar o conflito social a fim de tornar possível o desenvolvimento de acumulação primitiva de capital. Nesse contexto, foi adotada uma perspectiva de promoção para o progresso econômico de forma ordenada, sem modificar a ordem social, garantindo a dominação das “classes conservadoras”, sendo que o estado serviria como mediador, isto é, só interferiria quando não houvesse acordo ou, no caso de a segurança ser ameaçada, ele entraria como órgão de repressão.

O PRR organizou um estado em que o desenvolvimento era encaminhado conforme as necessidades do bem público que seriam avaliadas dentro das normas do seu projeto de diversificação natural da produção do estado do Rio Grande do Sul, tendo

como princípio um orçamento equilibrado, conservando a ordem financeira. Na época, a economia gaúcha. Que se baseava na agropecuária, era voltada para o mercado interno.

Quase todos os estados da República Velha eram dominados por partidos únicos, com exceção do Rio Grande do Sul, que girava em torno de dois partidos fortes e bem organizados. Eles representavam uma separação, em nível ideológico, da classe dominante do estado: o PRR representava a ideologia positivista, autoritária, e o Partido Federalista (PF) refletia os antigos liberais do Império.

No governo de Júlio de Castilhos (1891-1898), foi criada a “Brigada Militar”, instituição que tinha como objetivo desmontar a máquina política eleitoral e que serviu de sustentação à ditadura republicana estadual, representada pelo PRR. Em 1898, Júlio de Castilhos passou o governo para Borges de Medeiros, que herdou a máquina político-administrativa. Com a morte de Castilhos em 1903, Borges deu sequência à obra do governo anterior, baseando-se nas tradições positivistas e legitimando cada vez mais um estado autoritário e centralizador.

Para que se possa compreender o papel político das forças armadas na República Velha, mais especificamente do exército brasileiro, aponta-se a chamada “Questão Militar”, que ocorreu no final do Império e início do processo Republicano como uma das causas da queda do regime monárquico, em que os oficiais do exército passaram a assumir posições radicalmente contrárias às da monarquia, defendendo a abolição da escravidão, denunciando a corrupção e divulgando ideias republicanas.

Com o término da Guerra do Paraguai em 1870, o governo Imperial aprovou o projeto de Montepio, pelo qual as famílias dos militares mortos e mutilados na guerra receberiam uma pensão. Até 1883, o Montepio ainda não estava sendo pago e gerava um clima de insatisfação entre os militares diante da questão. Esse espírito crítico começou a ganhar força na Academia Militar do Rio de Janeiro, influenciado pelo positivismo, que foi divulgado pelo professor e militar Benjamin Constant e pregava, entre seus alunos a necessidade de transformação da sociedade. Isso facilitou a divulgação das ideias republicanas entre os militares, ampliando o rancor entre as Forças Armadas e o imperador. A presidência do Clube Militar, recém-fundado no Rio de Janeiro, ficou a cargo do Marechal Deodoro da Fonseca, que passou a tratar o Exército como se fosse um partido político.

Com a consolidação da República, a guarda nacional foi extinta, surgindo em seu lugar uma organização de contingentes de policiais-militares que era controlada pelas oligarquias estaduais, sendo que, assim, o exército pouco a pouco foi sendo afastado das decisões políticas e os cafeicultores puderam consolidar seu controle na política nacional.

As forças armadas exercem quase a função de partido político, constituindo, aliás, o único grupo nacional organizado com uma elevada expectativa sobre seu próprio papel enquanto estrato protetor da república, e contando com a possibilidade do recurso à violência (FORJAZ, 1977, p. 34).

O estado do Rio Grande do Sul possuía recursos a mais que levavam a um desequilíbrio dentro do jogo político dos estados. O seu grande recurso era a força armada de seus soldados que integravam os chamados “corpos provisórios” e também um significativo volume de forças militares, localizadas no Rio Grande do Sul. “De um lado, não eram bem aceitos no círculo interno do poder, de outro, não podiam ser relegados o segundo plano como os estados de segunda classe. Em situações de crise do sistema, a posição dos dois era crucial, pois se tornavam como que fiéis da balança” (SOBRINHO, 1933, p. 253).

A Crise da República Oligárquica se apresentou após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), no início dos anos 20, quando os Estados Unidos e a Europa entraram em um período de recessão, provocando uma queda brusca nos preços do café no mercado internacional, situação agravada por uma grande safra do produto no Brasil. Diante das circunstâncias, a política dominante passou a ser questionada pelos vários segmentos da sociedade brasileira e, principalmente, pelos jovens oficiais do exército, os “tenentes”, que se manifestaram por meio de sucessivas revoltas, demonstrando assim a sua insatisfação com a política vigente.

O movimento chamado de tenentismo teve seu início em 5 de julho de 1922, no Rio de Janeiro, no episódio que ficou conhecido como Revolta do Forte de Copacabana e continuou dois anos depois, após articulações feitas com remanescentes do movimento e também com novos adeptos contrários à política do presidente Artur Bernardes, eclodindo em São Paulo, em 1924, outra rebelião que tinha sob comando o General Reformado Isidoro Dias Lopes.

Aos militares simpatizantes do movimento de 1922, em retaliação o comando do exército utilizou, como uma das punições, a transferência para guarnições longínquas, procedimento que provocou uma enorme fermentação revolucionária. A partir daí, as revoltas tenentistas se espalharam pelo País, atingindo os estados de Mato Grosso, Sergipe, Amazonas e Rio Grande do Sul. “Nas condições da década de 20, o tenentismo acabou sendo a revolta possível contra o sistema de dominação existente na República Velha” (PRESTES, 1995, p. 23). O movimento organizado pelos tenentes tinha como objetivo depor o presidente Artur Bernardes, que queria a moralização da política nacional e tinha como ideal o voto secreto, elemento fundamental para acabar com a fraude eleitoral e eleger um novo presidente.

No Rio Grande do Sul, o governo, controlado pelo PRR, impossibilitado de contornar a crise econômica que afetava, principalmente, a pecuária, abriu caminho para que a outra parcela da classe dominante se empenhasse em exigir soluções do Governo Borges de Medeiros, fazendo com que a crise de origem econômica atingisse o plano político.

Em janeiro de 1923, terminada a apuração das eleições de novembro do ano anterior, Borges de Medeiros derrotou Assis Brasil e permaneceu, assim, na presidência do estado. A oposição não aceitou o resultado da apuração eleitoral, sendo considerada fraudulenta, uma vez que o candidato republicano teria de atingir três quartos do eleitorado que comparecera ao pleito e sua vitória, portanto, teria de ser esmagadora, pois a Constituição Estadual estabelecia que um governador, pretendente à própria sucessão, teria de obter 75% dos votos para se sagrar vitorioso.

Os libertadores, ou seja, os herdeiros da ideologia da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, também conhecidos como maragatos², liderados pelo derrotado Assis Brasil e inconformados, partiram para a luta armada, dando início a uma série de levantes em diversos pontos do Rio Grande do Sul que durariam cerca de dez meses, só tendo fim com o Pacto de Pedras Altas, em dezembro de 1923.

²Maragatos – “Trouxera consigo, além do irmão Aparício, um grupo de maragatos do Departamento de S. José, nome por que eram conhecidos os imigrantes de certa região da Espanha, e, que, pelo prestígio do chefe, se estendeu a todos os rebeldes da Revolução Federalista e até, posteriormente, a qualquer adversário da situação castilhistas do Rio Grande” (Arthur Ferreira Filho, *Revoluções e Caudilhos*, 2º ed., Passo Fundo, p. 34 / <http://www.paginadogaucha.com.br/hist/cm.htm>).

A Ata de Pacificação do Rio Grande do Sul teve a intervenção federal do Governo Artur Bernardes entre governistas e revolucionários, sendo como intermediário o Ministro da Guerra Setembrino de Carvalho. O resultado foram algumas concessões políticas aos rebeldes e limitações ao autoritarismo de Borges de Medeiros, ficando estabelecida a revisão da constituição positivista de 1891 – que legitimava a PRR – para superar a cisão das oligarquias rio-grandenses e ainda que Borges completaria o seu quinto mandato e não mais se reelegeria.

Vários caudilhos maragatos, isto é, os contrários ao partido dominante de Júlio de Castilhos que participaram da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, em 1893 e eram adeptos do credo político de Gaspar Silveira Martins aderiram ao movimento, pois viram nos rebeldes militares uma oportunidade para dar continuidade à luta de 1923, pois estavam descontentes com o acordo de paz em Pedras Altas.

Se a Revolução de 1923 teve caráter, exclusivamente, estadual, pois visou à derrubada do Governo Borges de Medeiros, o movimento de 1924, liderado por militares, apresentou-se contrário ao governo federal, sendo que “nenhum tenente participou da luta libertadora de 1923 contra os republicanos gaúchos” (DRUMMOND, 1991, p. 25).

Entretanto, com a falta de coordenação entre as unidades rebeladas do exército, abriu-se caminho para que as forças do governo se mobilizassem com maior rapidez e, assim, desmantelassem os revoltosos, sufocando o movimento. Apenas na região de São Luís Gonzaga a revolução conseguiu sobreviver devido ao fato de a cidade estar situada bem distante de qualquer linha férrea, o que dificultou o acesso das tropas do governo, e também porque o Capitão Luiz Carlos Prestes conseguiu reorganizar as tropas rebeldes.

REVOLUÇÃO DE 1924 EM ALEGRETE

No ano de 1924, o Intendente de Alegrete era Antônio de Freitas Valle e o Subintendente era João Lopes Rodrigues, ambos republicanos, porém governistas declarados quando souberam da conspiração tenentista e da tomada de Uruguaiana pelos rebeldes. Eles pediram ajuda ao governo estadual, que reuniu forças e as enviou a Alegrete. Os legalistas, além de contarem com uma guarnição federal numerosa, tinham também o apoio das forças provisórias da polícia gaúcha. Nesse momento, a cidade de

Alegrete passou a ser ponto de concentração das forças do governo, que se reuniram para combater os revoltosos.

Em 29 de outubro de 1924, os rebeldes dominaram Uruguaiana sob o comando de Juarez Távora, que aguardava comunicação das demais guarnições federais para tomar o estado. O caudilho libertador Honório Lemes, remanescente da Revolução de 1923, foi chamado a Uruguaiana para dar apoio ao movimento dos tenentes contra o governo de Artur Bernardes. “A coluna Honório Lemes foi o primeiro esforço civil desta revolução de 1924” (CARNEIRO, 1977, p. 276), já que tinha experiência no movimento de 1923 e conhecia bem os caminhos do pampa. Por isso, ele foi aclamado chefe da divisão do sul e tinha aproximadamente 1.100 homens. Após se retirar de Uruguaiana, contou com Juarez Távora e João Alberto, militares rebelados que tinham o objetivo de atacar Alegrete. “Entretanto, o visível desejo de Honório Lemes era ameaçar somente Alegrete. Era um dos maiores centros oposicionistas do Estado e, com aquela presa, receberia a ditadura borgista como golpe de morte” (CARNEIRO, 1977, p. 277).

COMBATE NO GUAÇU-BOI

Segundo Schneider (1981), a palavra Guaçu-Boi (Guassúboy) é de origem tupi e desmembrando-a teríamos as partículas “guaçu”, que significa grande, e “boy”, que é cobra. Guaçu-Boi é um arroio no município de Alegrete e pode significar “o rio da cobra grande”.

Em Alegrete se concentraram todas as forças: as estaduais, provisórias e federais, que decidiram ir em direção a Uruguaiana para atacar os rebeldes, que, coincidentemente, decidiram ir em direção a Alegrete. Não tendo noção da proximidade uns dos outros, as três colunas acamparam em Guaçu-Boi. Somente pela manhã deram-se conta de que estavam frente a frente e, ocorrendo o entrevero, a vitória ficou com as forças legalistas de Flores da Cunha.

O jornal *Correio do Povo*, de 01 de novembro de 1924, dava a notícia sobre o levante em Alegrete:

Iniciado o bombardeio da cidade, às 6 ½ horas e estabelecida a resistência pelas 9 horas, os revoltosos abandonaram suas posições. Segundo comunicado oficial na retirada deixaram os rebeldes, 10 homens prisioneiros,

oito mortos e considerável presa de guerra (Levante Militar: foi rechaçado um ataque a Alegrete, p. 6).

Conforme Macaulay (1977), os gaúchos, depois de quase três dias às margens do rio, realizaram uma marcha noturna em direção às altas planícies de Guaçu-Boi, entre os rios Ibirocaí e Inhanduí. Eles acamparam ali por volta das três horas da madrugada de 9 de novembro e foram atacados pela manhã. Os chimangos³ haviam seguido a pista da coluna revolucionária durante a noite anterior, o que, aliás, não tinha sido difícil, pois os soldados de Honório não tinham pensado em segurança.

No jornal *O Globo*, de 01 de fevereiro de 1927, em uma série de reportagens feitas sobre a Coluna Prestes através do Brasil, na primeira página, o deputado Baptista Luzardo comenta sobre o insucesso de Guaçu-Boi:

A columna Civil, formada com tanta galhardia por Honório Lemes, também, pouco depois, tendo deixado Uruguaiana num raro entusiasmo de victoria, se viu por obra da fatalidade desconjuntada, na trágica surpresa de Guassu-Boi, em que, confesse-se a verdade, ambos os adversários andavam às cegas” (O GLOBO, 1/02/1927, p. 1).

LIDERANÇA DE FLORES DA CUNHA E CLAUDINO NUNES PEREIRA

Em 1924, Flores da Cunha, líder político do PRR, era Deputado Federal e residia no Rio de Janeiro antes de ter recebido um telegrama do Dr. Borges de Medeiros, presidente do estado, pedindo que retornasse ao Rio Grande do Sul para dar combate às forças federais de Santo Ângelo e São Luís Gonzaga.

Em depoimento na Câmara Federal em dezembro de 1951, ele relatou que seu primeiro impulso foi se negar a auxiliar o governo do Dr. Artur Bernardes, pois alegava que ainda trazia na memória as más recordações da Revolução de 1923, quando a neutralidade das forças federais era somente uma aparência. Mas o líder da bancada do PRR, deputado Nabuco de Gouveia, o qual trouxe a mensagem, apelava para os sentimentos de disciplina partidária e convenceu Flores, que partiu no dia seguinte para o Rio Grande do Sul na companhia do deputado Paim Filho.

³Chimangos – Epíteto depreciativo dado aos liberais moderados pelos conservadores no início da Monarquia brasileira. No RS, nos anos de 1920, foi a alcunha dada pelos federalistas ao governista do PRR (www.paginadogaucha.com.br/hist/cm.htm).

Ele disse que, se fosse por vontade própria, jamais desembainharia a espada para combater essa causa, mas que, no imperativo da disciplina partidária, ali estava para cumprir seu dever.

Segundo ele, ao chegar ao Palácio, propôs o seguinte:

— Dr. Borges de Medeiros, sou coronel da Guarda Nacional. Onde estão as nossas forças?

Ele respondeu:

— O Coronel Claudino (Nunes Pereira) está avançando de Alegrete para Uruguaiana e a guarnição federal de Alegrete deve também sair com as forças federais, concentradas em Alegrete, para combater os revolucionários.

Disse-lhe Flores da Cunha:

— Ponha-me sob as ordens do Coronel Claudino, pois que eu não tenho neste mundo nenhuma espécie de orgulho; já servi sob as ordens e ainda uma vez voltarei a servir, porque, com a minha ida, presença pelo menos, eu atiro a coluna nossa para frente.

Respondeu o Dr. Borges:

— Mas como queres ir?

Contestou Flores da Cunha:

— Mande pôr imediatamente uma máquina e um vagão à disposição.

Ao despedir-se do Dr. Borges, disse-lhe:

— Dr. Medeiros, até Deus ou até a vista (SCHNEIDER, 1981, p. 95-96).

Com a chegada de Flores da Cunha a Alegrete, ele reuniu forças para combater os revolucionários, passando a existir, a partir daí, duas colunas: uma sob o comando do Cel. Claudino Nunes Pereira, comandante estadual da primeira brigada de cavalaria, e a outra sob o comando de Flores da Cunha. As duas colunas marcharam em direção a Uruguaiana para atacar as forças revolucionárias. Flores da Cunha, na vanguarda do comando ocupou o flanco direito, seguindo ao longo da estrada de ferro, e o Cel. Claudino seguiu pelo flanco esquerdo, com uma distância de três léguas um do outro.

Conforme Schneider (1981), Flores da Cunha acampou com seus 193 homens nas nascentes da Sanga da Capela Queimada, da Fazenda de Santa Amazília, no costado dos aramados da estrada de rodagem que ligava Alegrete a Uruguaiana. O Cel. Claudino e sua gente acampou na mesma região da Sanga da Capela Queimada, só que a dois ou tres mil metros acima, no costado do aramado.

Flores da Cunha, quando analisou o combate, comentou:

O combate de Guassu-Boi se deveu: primeiro às minhas descobertas de vésperas; em segundo lugar à surpresa da minha carga pela retaguarda, sem cuidar dos flancos; e, em terceiro lugar, ao descaso de Honório Lemes pelas advertências dos oficiais do Exército, que o acompanhavam, de que não devia empreender marcha nenhuma sem uma segurança dos flancos e na

vanguarda. Na retaguarda não precisava, porque havia forças adversas nas proximidades (SCHNEIDER, 1981, p. 99).

Flores narrou:

Nunca, porém, corri tanto perigo como em Guassu-Boi, porque não se sabia quem era amigo ou inimigo'. Galopando com um grupo de 20 homens para o local onde enxergaram uma bandeira branca, viram caído o deputado estadual Dr. Antônio Monteiro, engenheiro civil, seu amigo de mocidade, correligionário, que havia abandonado o PRR para se juntar aos revolucionários. 'Apeei-me do cavalo e ele me pegou a mão com as duas mãos e eu disse: Monteiro, em que situação venho encontrar-te!' Ele estava já ofegante, vi que ia morrer, e disse: 'Compromissos morais' (SCHNEIDER, 1981, p. 99).

Ao retornar até Porto Alegre, Flores recebeu publicamente uma manifestação de apreço, em que disse: "Esquecemos a luta para lembrar-nos somente de que somos irmãos. Devemos de mãos dadas, como irmãos, marchar pela ampla estrada da fraternidade" (SCHNEIDER, 1981, p. 99).

Flores da Cunha deixa claro através do seu discurso, a sua ideologia política de formação positivista que havia sido herdada de seu líder, Júlio de Castilhos, e que tinha em seu ideário um pensamento de modernização republicana com base no positivismo francês de Augusto Comte.

Quando fala da ideia de irmandade e fraternidade, ele explicita, claramente, a sua vertente religiosa de inspiração altruísta defendida pela religião positivista, que se baseia no conhecimento do mundo como forma de um aperfeiçoamento moral, intelectual e prático da humanidade.

Conforme relatório da Brigada Militar feito pelo Cel. Claudino Nunes Pereira e intitulada *Operações de Campanha e Combate*, ele descreve, dentro de uma concepção militar e positivista, o levante no Guaçu-Boi:

Às 8h30min, nossas linhas, tendo feito um avanço de mais de uma légua, atingiram a Fazenda Timbaúva, desbaratando por completo o inimigo, que fugiu, desordenadamente, tomado de indescritível pânico, em pequenos grupos ou individualmente. Aí entrincheirei-me com o Cel. Flores da Cunha, que me comunicou o resultado da ação brilhante que lhe correspondeu. Mandei tocar alvorada, anunciando mais uma esplêndida vitória conquistada pelas armas legais (SOBRINHO, 1992, p. 392).

As palavras descritas no relatório deixam clara a questão dos fundamentos do direito positivo pelo uso da força armada em defesa da legalidade tão presente em todos os movimentos revolucionários, ocorridos no estado do Rio Grande do Sul.

LIDERANÇA DE JOÃO ALBERTO LINS DE BARROS E JUARES TÁVORA: TENENTES REBELADOS

João Alberto Lins de Barros, natural de Recife, ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, em 1919. Ele participou da preparação do primeiro levante tenentista ocorrido no Rio de Janeiro em 1922, embora não tenha tomado parte na insurreição propriamente dita, mas, por ter tomado posição contra o Presidente Epitácio Pessoa ao fechar o Clube Militar, acabou sendo envolvido nos acontecimentos. Em função disso, foi preso por cinco meses. Após ter sido libertado, foi transferido para o município de Alegrete, RS, onde teve participação no movimento ocorrido em novembro de 1924, na cidade. Mesmo derrotado por forças federais e estaduais e provisórios gaúchos, ele continuou na ação revolucionária com Luiz Carlos Prestes, Miguel Costa e Juarez Távora, entre outros, unificando as forças com os rebeldes paulistas e nascendo a Coluna Prestes. A partir daí, João Alberto desempenhou papel importante na Coluna, tendo sido o comandante de um dos quatro destacamentos em que se dividia o exército rebelde.

Em suas memórias, ele afirma que: “Os movimentos revolucionários de 1924 em São Paulo e no Rio Grande do Sul foram muito mais ações de solidariedade com os companheiros comprometidos em 1922 do que reivindicações políticas” (BARROS, 1953, p. 21-22).

Segundo o positivismo, os ideais de uma sociedade moderna seriam baseados em uma solidariedade orgânica onde existem papéis sociais e cada um cumpriria sua função como parte de um organismo, visando a contribuir para a ordem social.

Cabe destacar que Benjamin Constant (1833-1891), militar, engenheiro, professor, adepto do positivismo em suas vertentes filosóficas e religiosas e foi considerado o fundador da República brasileira por ter sido um dos principais articuladores do movimento republicano, influenciou de maneira significativa a formação dos tenentes nas escolas militares, fortalecendo a ideia do soldado-cidadão, a qual, antes de servirem às forças armadas, eram cidadãos que deveriam participar da

vida política do País, servindo de sustentação à República positivista de Ordem e Progresso.

João Alberto descreve os gaúchos nos movimentos revolucionários:

O poder de recuperação da tropa gaúcha apresentava-se em toda a sua latitude. Assistia a um ato novo para mim, fato comum naquele gênero de lutas e que mais tarde deveria se repetir inúmeras vezes. A tropa que pela manhã se arrastava batida e desmoralizada, como que ressurgia ao cair da noite, esplêndida, alegre, pronta para nova peleja. A derrota da manhã era um episódio passado, os perigos do dia seguinte, promessas de vitórias e revanches (BARROS, 1953, p. 35).

Em 30 de outubro, explodia o levante em Alegrete. De acordo com Macaulay (1977), os legalistas estavam bem entrincheirados nos limites da cidade, com o sol nascente às suas costas e um posto de observação no campanário da Igreja Metodista que proporcionava nova excelente visão das posições rebeldes nas planícies rumo ao oeste.

Em suas memórias, João Alberto conta sobre a destruição do posto:

Eu estava sentado no banco do apontador de minha peça de artilharia, olhando pela luneta, aquele tiro tinha que ser dado por mim mesmo. Eu não podia confiar o tiro a ninguém. Um desvio na deriva erraria o alvo e a granada do 75 explodiria talvez em minha casa, onde deixara esposa e filho, este com nove dias apenas. Dei ordem de fogo para o atirador e esperei, transido de angústia, os segundos que o projétil levava para atingir a torre. Uma nuvem branca, empoeirada, assinalou o impacto da bala, exatamente do ponto visado (BARROS, 1953, p. 29).

Em relação ao combate no Guaçu-Boi, ele diz que:

A coluna revolucionária fora acometida e violentamente atacada pelas forças do general Flores da Cunha, que durante a noite acompanhara sem esforço os nossos movimentos. Com sua admirável incapacidade militar Honório conduziu todos os homens armados da revolução para uma emboscada. Acreditando cair de surpresa sobre o inimigo, fora por ele surpreendido (BARROS, 1953, p. 41).

Já Juarez do Nascimento Fernandes Távora nasceu em Jaguaribe, CE, e assim como João Alberto, também cursou a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Em julho de 1922, participou do levante armado então deflagrado contra o governo

federal, tendo sido preso nessa ocasião. Permaneceu na prisão até fevereiro do ano seguinte, quando foi solto para aguardar seu julgamento em liberdade. Julgado, foi condenado a três anos de prisão e perdeu sua patente no Exército. Desertou, então, e juntou-se aos conspiradores que preparavam nova rebelião em São Paulo. Ele realizou contatos nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul em busca de apoio aos revolucionários. Nos combates então travados, morreu seu irmão, Joaquim Távora.

Juarez participou do levante deflagrado em Alegrete no local denominado Guaçu-Boi, como também em outros levantes no estado do Rio Grande do Sul. A partir de outubro, sob o comando geral do capitão Luiz Carlos Prestes, os rebeldes gaúchos se dirigiram ao estado do Paraná, onde se juntaram aos remanescentes do levante paulista para formar a Coluna Prestes. Juarez desempenhou papel de destaque no comando da Coluna até ser preso nos arredores de Teresina, PI, no início de 1926.

Em suas memórias, Juarez fala sobre a sua participação e a do General Honório Lemes no combate do Guaçu-Boi:

Debalde o General Honório, transformado em simples combatente, investia de lança em punho contra os adversários mais próximos, animado os poucos núcleos de resistência. Depois de tantas investidas, acompanhou o general, por dever de honra, naquelas loucas investidas, fiz-lhe ver que a persistência nelas seria um sacrifício inútil, aconselhando-o a tentar imediatamente uma retirada com os poucos elementos que ainda tínhamos sob o comando, enquanto o inimigo também surpreendido com aquele encontro e diluído no entrevero da refrega mal se podia dar conta de nossa fraqueza (TÁVORA, 1973, p. 165).

Conforme Junior (2006, p. 29), a vertente altruísta da religião positivista trabalha com a ideia do aperfeiçoamento moral e estético: “‘Viver para outrem’, ou seja, subordinar o indivíduo à família, esta à pátria e a pátria à humanidade”, elementos que aparecem nos ideais da filosofia positiva de Ordem e Progresso, pregada por Benjamin Constant nas escolas militares e que são defendidos por Juarez quando fala que por honra não pode abandonar a luta, mesmo sabendo da fragilidade do comando, desistir nunca.

LIDERANÇA DO GENERAL LIBERTADOR HONÓRIO LEMES

No dia 07 de setembro de 1924, o então jornal *Correio do Povo* exibiu em primeira página um telegrama que dizia o seguinte:

Rio (20) official – General Honório Lemes

São Gabriel

Presidente declara aceitar concurso a todos os brasileiros que nesta hora queiram auxiliar governo para vitória da legalidade.

E entretanto necessário que ao faça convocação de voluntários sem caráter político, porém no sentido da formação de batalhões ou regimentos apatrióticos, que terão sempre a assistência de oficiais do exército.

Queremos auxiliar nessas condições e serão aproveitados serviços. Ilustre amigo.

Assim foi decidido também em casos semelhantes.

Espera-se apenas o restabelecimento do Ministro da Guerra para últimas providências.

Responda com endereço próprio Ministro – Abraços.

Maciel, Lusardo, Lafayette.

Por sua vez, o General Honório Lemes dirigiu a Marechal Setembrino, o Ministro da Guerra, o despacho seguinte:

Marechal Setembrino de Carvalho – Ministro da Guerra-Rio.

De acordo com telegrama, acato receber deputados Lafayette, Lusardo e Maciel sobre organização regimentos patrióticos rogo V. Ex. franquear estrada de ferro afim enviar urgência meus auxiliares diversos pontos do estado onde conto com elementos prontos secundar oferecimento. Aguardo, pois, vossas instruções.

Saudações – Cordeaes.

Honório Lemes.

Em um segundo momento, analisaremos a carta de Honório Lemes, quando estava preso no 3º Batalhão da Brigada Militar, em Porto Alegre e que foi enviada a Francisco Antunes Maciel, em 17 de novembro de 1925, onde se confessa “dedicado correligionário”.

(...) O sacrifício a que me propus creia meu amº que minha entrada pa revolução de 24 a qual eu não era solidário não foi nada mais nem menos do que minha lealdade aos meus amºs que tendo se lançada a luta com juntamente com as guarnicoies revoaltadas apelaram pa mim pa ir acumir o comando do mesmos não tive outra cousa a fazer se não atenderles pa ver se podia ivitar de piores sacreficios e com isso ficar mais uma veis justificado minha lealdade pa com os meus amºs pois antes de ser um dedicado a Dr. Artur Bernardes que pela a sua eleição tudo sacrifiquei até a popria vida estava desposto a scacreficar se não tivesse fracaçado a revolta de 22, já eu era daqueles amºs e pa esse lealdade e que estou sofrendo (...). (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Revoluções de 1923 a 1924, Diversos).

Analisando os dois documentos, entende-se que Honório Lemes, empenhado em tirar do poder Borges de Medeiros, presidente do estado e ao qual havia combatido no

ano anterior com o objetivo de acabar com a hegemonia do PRR, viu-se em contradição entrando na Revolução de 1924 ao lado dos tenentes com os quais não era totalmente solidário, pois entendia que os militares sublevaram contra o presidente (Artur Bernardes), o qual dera apoio e por outro lado aceitou o comando por mera fidelidade aos correligionários libertadores.

Embora sendo um homem rude e não letrado, a consciência política e social de Lemes demonstra a vertente religiosa e política do positivismo quando se refere à dedicação e à lealdade partidária, valores que nesse momento histórico fazia parte da formação política do estado do Rio Grande do Sul, independentemente da condição econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de tratar do tema “O Levante de 1924 em Alegrete”, além de romper com o silêncio da participação de Honório Lemes no movimento, trabalhando questões mitificadas na memória coletiva da população local, mostra novas possibilidades de analisar os acontecimentos tendo como eixo temático história e memória a partir das leituras de uma nova história da cidade de Alegrete, trazendo para a discussão o início de um dos principais movimentos políticos da história do Brasil, a chamada Coluna Prestes. Ela percorreu 36.000 km durante dois anos e seis meses (outubro de 1924 a março de 1927) e invadiu quatorze estados brasileiros com um programa que prescrevia acabar com os impostos exorbitantes, com a desonestidade administrativa, com o voto do cabresto, com a falta de legislação social, moralizar o poder legislativo, implementar ensino primário gratuito, ensino profissionalizante, voto secreto e autonomia do Poder Judiciário para castigar os fraudadores do patrimônio do povo.

Concluindo, mediante as memórias narradas pelos líderes que participaram do levante ocorrido em Alegrete em 1924, no local denominado de Guaçu-Boi percebe-se que a honra, o compromisso moral, a solidariedade, a lealdade e a fidelidade partidária foram os motivos que os levaram a participar da Revolução de 1924, no Rio Grande do Sul. Tanto do lado legalista como dos revolucionários, o sentimento de fraternidade universal e o messianismo político era o mesmo, deixando clara a forte influência positivista de ambos os lados.

O ideal republicano, deixado de herança por Júlio de Castilhos, que exerceu uma grande influência sobre a política gaúcha, consolidando uma corrente política que ficou conhecida como Castilhismo por cerca de quarenta anos no estado do Rio Grande do Sul, teve uma larga faixa de seguidores, foi a base legalista. Do mesmo modo, a formação dos tenentes do lado revolucionário teve, nas Escolas Militares, o ideário de Benjamim Constant, que ensinava as bases do positivismo, conduzindo os jovens oficiais para o movimento republicano.

Dentro desse pensamento positivista de uma sociedade justa, fraterna, na qual o progresso somente pode ocorrer se as leis forem rigorosamente cumpridas para manter a ordem social, entendem-se os perfis políticos e revolucionários da época.

REFERÊNCIAS

BARROS, João Alberto Lins e. **Memórias de um revolucionário**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953.

CARNEIRO, Glauco Luzardo. **O último Caudilho**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DRUMMOND, José Augusto. **A Coluna Prestes: rebeldes errantes**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FORJAZ, Maria C. Spina. **Tenentismo e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

JUNIOR, João Ribeiro. **O que é Positivismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MACAULAY, Neill. **A Coluna Prestes**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

PRESTES, Anita Leocádia. **Uma epopéia brasileira: a Coluna Prestes**. São Paulo: Moderna, 1995.

SCHNEIDER, Regina Portella. **Flores da Cunha, o último gaúcho legendário**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1981.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **A verdade sobre a Revolução de Outubro**. São Paulo: Unitas, 1933.

SOBRINHO, Hermito Lopes. **Esboço Histórico da Brigada Militar**. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1992.

TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1973.

CAMINHOS DO PAMPA

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALEGRETE

PERIÓDICOS

Maciel, et al, Telegramas. **Correio do Povo**, 7 set. 1924, p. 1.

Levante Militar: foi rechaçado um ataque a Alegrete. **Correio do Povo**, 1 nov. 1924, p. 6.

LUSARDO, João Batista. **A Columna Prestes através do Brasil**. O GLOBO. Rio de Janeiro, 1 fev. 1927, p. 1.

INSTITUIÇÃO CONSULTADA

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Revoluções de 1923 a 1924, Diversos.